



SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS

SOCIAL SERVICE AND SOCIAL MOVEMENTS

Taciane Couto Gonçalves¹
Verônica Medeiros Alagoano²

Resumo

O presente artigo busca apresentar algumas reflexões acerca do processo social e histórico que possibilitou a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais, bem como indicar o estado da arte que tematiza acerca desta questão. Acreditamos que a produção acadêmica atual nos oferece importantes pistas para compreendermos como esta dimensão de nosso exercício profissional está ocorrendo, quais as lacunas e possibilidades de avanço no que concerne esta temática. Tal interlocução cumpriu um importante papel para a construção e avanço da perspectiva crítica na categoria profissional, contudo, acreditamos que há ainda uma lacuna no debate e na intervenção profissional em decorrência do crescente distanciamento entre os sujeitos em questão. Tal fato torna-se mais notável quando se constata que o debate sobre a intervenção junto aos movimentos sociais, bem como sobre as estratégias de mobilização e organização da classe trabalhadora são as áreas de menor investigação teórica e empírica da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social; Movimentos Sociais; Estado da arte.

Abstract

The present article intends to present some reflections about the social and historical process that allowed the approach of Social Service with social movements, as well

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF, 2013) e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. **Autora para correspondência.** E-mail<goncalves.taciane@gmail.com>.

² Assistente social. Mestra em Serviço social pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Professora substituta da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.

as indicate the state of the art that thematizes about this question. We believe that current academic production provides us with important clues to understand how this dimension of our professional practice is developing, what are the gaps and possibilities of advancement in relation to this topic. Such dialogue has played an important role in the construction and advancement of the critical perspective in the professional category, however, we believe that there is still a gap in debate and professional intervention due to the growing distance between the subjects in question. This fact becomes more noticeable when the debate about the intervention with the social movements, as well as the strategies of mobilization and organization of the working class are the areas of lesser theoretical and empirical investigation of the profession.

Keywords: Social Service; Social Movements; State of art.

INTRODUÇÃO

No intuito de tecer algumas reflexões referentes à interlocução do Serviço Social e os movimentos sociais, na primeira parte deste artigo traremos um breve resgate da aproximação e diálogo estabelecidos entre ambos demonstrando que, apesar de não ter se tratado de um processo espontâneo, uniforme e livre de equívocos, tal relação foi de grande importância para desencadear na profissão um processo de crítica às suas práticas tradicionais. Além disso, buscaremos frisar a importância da classe trabalhadora organizada e em luta para a consolidação e avanço da democracia.

No segundo momento, a partir de alguns elementos referentes ao estado da arte da produção na área do Serviço Social e movimentos sociais, buscaremos tecer algumas reflexões sobre como tem se revelado a interlocução entre estes atores na atualidade.

I. Significado social do serviço social e a trajetória junto aos movimentos sociais

O Serviço Social surge e desenvolve-se inscrito nos processos de hegemonia sendo, dentre outras profissões, requisitado pela classe dominante a fim de compor a estratégia de alargamento das bases de dominação burguesa nos marcos do

capitalismo monopolista. Chamado/a a contribuir no controle da força de trabalho ocupada e excedente, o/a assistente social encontra na prestação de serviços sociais (implementados através das políticas sociais) o suporte material sobre o qual consegue exercer, basicamente, uma função política de cunho educativo. Historicamente, os/as profissionais inserem-se em atividades sobre as quais não tem efetivo controle, especializando-se para ocuparem espaços sócio-ocupacionais que surgem com o avanço da divisão sócio-técnica do trabalho, demandados/as por instituições que lhes atribuem uma nova função no âmbito da reprodução das relações sociais e com as quais estabelecem uma relação de assalariamento (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008; NETTO, 2011).

A contribuição da profissão no exercício deste controle, social e político, sobre a classe trabalhadora manifesta-se, basicamente: na sua participação nos processos de reprodução da força de trabalho – quando as/os profissionais intervêm, junto a outras instituições sociais, mobilizando os recursos sócio-institucionais disponíveis para atender às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora – e, simultaneamente, na reprodução do controle ideológico exercido pelas classes dominantes sobre as classes dominadas – pois, ao lado de instituições políticas mais eficazes e abrangentes, a profissão também atua na difusão da ideologia dominante buscando contribuir para o consenso (no sentido gramsciano), tão necessário ao livre desenvolvimento do modo de produção capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Contudo, é importante ter clareza de que, pela sua intervenção, o/a profissional responde tanto aos interesses do capital quanto do trabalho, podendo fortalecer um ou outro pela mediação do seu oposto. Daí a impossibilidade de uma prática neutra, alheia às contradições inerentes à realidade social e associada mecanicamente a qualquer projeto societário, como algo dado a priori e sem alguma mediação. Ainda que a emergência do Serviço Social esteja marcada por sua vinculação aos interesses da classe dominante, esta mesma profissão buscou (e, de certa forma, ainda busca) outra legitimidade social, voltada aos interesses da classe trabalhadora.

Este giro de caráter teórico e político (referente às bases interpretativas do significado social do Serviço Social e ao direcionamento atribuído à sua intervenção)

na atuação profissional foi expressão de um movimento maior de contestação social que impactou diretamente a profissão na segunda metade do século XX. Em linhas gerais, no período em questão foram registrados movimentos expressivos de contestação social e política em diversos países. Surgiram movimentos sociais de caráter identitário que trouxeram à tona não só questões trabalhistas como também questões relativas à opressão às mulheres, aos negros, à orientação sexual, à questão geracional, etc. As lutas por direitos políticos e sociais ganharam corpo social para além das fábricas com as mais variadas formas de mobilização (de passeatas até saques à supermercados, ocupações de vias e de órgãos públicos, entre outros). Tais ações foram impulsionadas pelo agravamento da crise recessiva pela qual os países atravessavam e cujas medidas atingiam diretamente o/a trabalhador/a, principalmente, pelo alto custo de vida e pelo aumento da taxa de desemprego.

No interior do Serviço Social todas estas problematizações confluíram para o chamado “Movimento de Reconceituação”. De proporções continentais, este fenômeno, inicialmente, criticou o papel social da profissão no processo de superação do “subdesenvolvimento” e, posteriormente, aprofundou suas críticas incorporando cada vez mais as problemáticas macrossociais. A interação com novos atores sociopolíticos e a incorporação de referenciais teóricos da tradição marxista foram elementos fundamentais para que se consolidasse uma crítica efetiva ao contexto social da época e às bases tradicionais da profissão (NETTO, 2015). Foi, contudo, uma articulação curta que caminhou em sentido ascendente até meados de 1970, quando a instauração de ditaduras militares nos principais pólos do continente acabou por emperrar os debates mais progressistas, de caráter democrático e revolucionário.

Embora o Movimento de Reconceituação tenha durado pouco mais de uma década, seu saldo qualitativo marca a profissão até os dias atuais. Sob o impulso do contexto sócio-político dos anos 1960, a Reconceituação ampliou os horizontes de análise e intervenção do Serviço Social colocando em xeque o tradicionalismo característico da intervenção profissional e possibilitando a buscar de legitimidade junto a outros segmentos sociais.

No Brasil, ainda sob a vigência da ditadura militar (1964-1985), o combate à repressão e a problematização feita por alguns setores da sociedade acerca dos processos democráticos rebateu na profissão mediada tanto pela relação que esta estabeleceu com outras profissões e com alguns grupos politicamente organizados (destaque para a influência do movimento estudantil e dos setores progressistas da igreja católica) como pela interlocução estabelecida com as Ciências Sociais no espaço universitário (NETTO, 2015). Entretanto, apenas com o esgotamento e fim de duas décadas de ditadura militar o Serviço Social encontrou um terreno mais favorável ao desenvolvimento da crítica ao tradicionalismo da profissão.

Em linhas gerais, o que se conformou chamar no Brasil de “Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro” (compreendido entre os anos 1970-1980) registrou pelo menos três tendências teóricas e políticas que propuseram uma renovação da profissão: “reatualização do conservadorismo”, “modernização conservadora” e “intenção de ruptura”. A esta última foram incorporados alguns elementos da Reconceituação latinoamericana e revelou-se como a mais avançada na crítica ao conservadorismo profissional e às relações sociais burguesas² (NETTO, 2009).

Esta breve menção ao movimento de Reconceituação na América Latina e ao processo de renovação no Brasil objetiva apenas reforçar que as mudanças operadas no interior da profissão, muito mais do que um movimento endógeno, expressam as contradições latentes da própria realidade social que impactam o conjunto das instituições sociais e profissões, num movimento dialético. Nesse caso em particular, acreditamos que a aproximação do Serviço Social aos movimentos sociais e às suas demandas, timidamente inaugurada na década de 1960 e retomada de forma mais expressiva em meados da década de 1970, se constituiu num dos elementos determinantes para a afirmação da perspectiva crítica no interior da profissão.

Em termos cronológicos, poderíamos retratar esta interlocução destacando alguns momentos centrais. A começar pela década de 1950, quando o chamado “Desenvolvimento de comunidade” chega ao Brasil seguindo orientações de

² A caracterização e análise detalhadas do Processo de Renovação no Brasil e suas respectivas tendências foi desenvolvida por José Paulo Netto em sua obra “Ditadura e Serviço Social”.

organizações político-econômicas internacionais de, sob a bandeira de superação do analfabetismo e defesa da integração da população às iniciativas governamentais de desenvolvimento econômico e social do país, antecipar-se para neutralizar os setores mais pauperizados da população da “nociva influência” do socialismo, além de contribuir na remoção de possíveis entraves à expansão do modo de produção capitalista (AMMANN, 2009).

Sem adentrar nas modificações sofridas no método de Desenvolvimento de Comunidade nos anos subsequentes, cabe-nos destacar o gradativo envolvimento do Serviço Social em tal política experimentando, pelo mesmo, três movimentos distintos. Houve parte dos/as profissionais que, por um bom tempo, se limitaram a transferirem o conteúdo e orientação marcadamente conservadores (característico do Serviço Social de Caso e Grupo) do âmbito do atendimento individual para o atendimento da comunidade. As problemáticas sociais com as quais lidavam os/as profissionais ao invés de serem associadas à desigualdade estrutural eram atribuídas à mentalidade da população, ao analfabetismo, à incapacidade dos/as sujeitos/as atendidos/as (AMMANN, 2009).

Na entrada dos anos 1960, diante das mobilizações em torno das reformas de base, do surgimento de movimentos sociais classistas no campo e na cidade e da influência dos/as cristãos de esquerda, um grupo de profissionais começou a esboçar, a partir desse exercício de análise mais “macro” da realidade social, algumas críticas às posturas que tradicionalmente vinham caracterizando a profissão (AMMANN, 2009). Contudo, dentro deste mesmo grupo, alguns/as assistentes sociais desenvolveram suas críticas no limite do ordenamento capitalista enquanto apenas outra pequena parcela avançou num processo de crítica ao pensamento conservador que se expressava dentro e fora da profissão, questionando os fundamentos da sociedade burguesa e enxergando no “Desenvolvimento de Comunidade” uma ferramenta que possibilitaria ao Serviço Social a realização de uma transformação substancial na sociedade (SANTOS, 2003).

Durante a transição democrática no Brasil (compreendendo, segundo Ammann, os anos 1970-1980), mais uma vez a conjuntura influencia o Serviço

Social e, com o surgimento de alguns movimentos sociais na cena pública³, os setores mais progressistas da profissão incorporam o debate sobre a necessária aliança com as organizações da classe trabalhadora e o compromisso com a construção da democracia. Para um determinado grupo profissional, se na condição de funcionários/as das instituições o/a assistente social atendia aos interesses da burguesia, uma alternativa seria atuar extra-institucionalmente para contribuir mais efetivamente com a classe trabalhadora organizada (AMMANN, 2009)⁴.

Apesar da inegável importância que o diálogo estabelecido com os movimentos sociais nos períodos apresentados teve na história da profissão, não poderíamos deixar de registrar certo ativismo político que obscureceu a fronteira entre o fazer profissional e o fazer militante, pois, na ânsia de buscarmos novas bases legitimadoras ao lado das classes subalternas, setores da categoria profissional acabaram sobrevalorizando a dimensão política e desconsiderando as determinações impostas pelo estatuto de assalariamento. Uma supervalorização que colocou no mesmo patamar o exercício profissional e a atuação político-militante.

Na tentativa de superar os equívocos cometidos sem desqualificar o processo como um todo, parte dos/as profissionais tem buscado, desde então, dar um direcionamento ético, político, teórico e metodológico ao trabalho que realizam buscando alcançar certa consonância com os interesses de classe dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como com os princípios da liberdade, justiça e democracia.

Um desafio cada vez maior considerando-se o cenário sociopolítico que vem se conformando desde a entrada na década de 1990. Se, por um lado, os movimentos sociais e populares alcançaram um importante avanço organizativo e reivindicatório na década de 1980, contribuindo significativamente no processo de elaboração da Carta Magna de 1988, por outro lado, as contrarreformas neoliberais

³ São exemplos de movimentos que surgiram ou retomaram fôlego nesse período de redemocratização – movimentos de luta contra a contrarreforma do Estado, organizações de categorias profissionais, manifestações pela paz e contra a violência urbana, movimentos identitários (mulheres, negros, diversidade sexual, jovens), ambientalistas, ONG (Organizações Não Governamentais), entre outros (GONH, 2011).

⁴ A autora chega a registrar sua própria experiência de trabalho quando professora na disciplina de estágio, na Universidade de Brasília. Cf. AMMANN, S.B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. Ed. 11, São Paulo, Cortez, 2009.

implementadas nos anos seguintes alteraram a correlação de forças, colocando os sujeitos coletivos em posição defensiva frente aos ataques contra os direitos conquistados.

Contudo, é importante frisar que, a resistência e oposição à política neoliberal não deixou de existir no Brasil, em particular, e na América Latina, de forma geral. Ao longo da década de 1990 surgiram movimentos que

[denunciaram] os tratados de livre comércio, a ingerência dos organismos multilaterais sobre as políticas governamentais, [declararam-se] antiimperialistas, [criticaram] o capitalismo neoliberal, [demandando] a igualdade de direitos políticos, econômicos e sociais e o reconhecimento da dignidade humana. [Criticaram] a mercantilização de diferentes esferas da vida social, [opuseram-se] ao dismantelamento de instituições de proteção social, [rechaçaram] acordos com o FMI [entre outras ações] (GALVÃO, 2009, p. 5).

Resgatando alguns episódios e movimentos que se destacaram nos anos 1990 e 2000 (ANTUNES, 2012), temos no México a resistência contra as políticas neoliberais que foi liderada pelos Zapatistas já no início dos anos de 1990 e, mais recentemente, a forte repressão desferida ao movimento grevista dos/as professores/as, que reivindicavam melhores condições de trabalho e defendiam a qualidade do ensino, desencadeou uma mobilização popular conhecida como comuna de Oaxaca (2005).

Na Bolívia, foi característica a mobilização de camponeses, operários e indígenas, com posterior aproximação de setores da classe média, em levantes que, inclusive, contribuíram para a vitória eleitoral de Evo Morales.

Na Argentina, em resposta ao desemprego massivo, decorrente da implementação do receituário neoliberal em princípios de 1990, iniciaram-se mobilizações de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas (piqueteiros/as) com intuito de exigir do Governo a abertura de postos de trabalho, bem como se inicia um processo de ocupações de fábricas (abandonadas por seus donos ou não) por trabalhadores/as que passam então a dirigi-las.

No Brasil, teve (e ainda tem) grande destaque o Movimento Sem-Terra que, apesar de ter surgido já na década de 1980, além de dar nova organicidade e visibilidade à luta pela terra, denunciando a violência sofrida e o conflito histórico no

campo, revelou-se um dos poucos movimentos de massas de maior resistência ao projeto neoliberal no período em questão.

Diante do exposto, interessa-nos ainda defender que, atentando-nos para a história de luta pela democracia, não seria equivocados afirmarmos que as lutas por direitos foram historicamente protagonizada por segmentos da classe trabalhadora. Da ampliação dos direitos civis até os políticos e sociais, ainda que tenhamos que avançar para efetivar tais conquistas que permanecem no âmbito da formalidade, é inegável o mérito que a classe trabalhadora carrega por reivindicá-las. E, ainda que os aparelhos de poder continuem sob o controle de uma pequena elite dominante, foi também mérito da luta dos/as trabalhadores/as que o Estado se tornasse mais permeável às demandas populares (COUTINHO, 2008).

Na medida em que o sistema capitalista intensifica a exploração do trabalho, percebe-se o aumento da desigualdade econômica e social; a degradação (tantas vezes irreversível) dos recursos naturais; a desumanização das relações sociais; a piora nas condições de vida da classe trabalhadora; dentre outros desdobramentos. O conjunto destas problemáticas foi (e é) trazido à tona com as mobilizações (espontâneas e/ou organizadas) de trabalhadores/as que assumem a cena pública exigindo respostas do poder público e das classes dominantes. Diante disto, o que a história tem revelado é que o Estado ampliou-se para melhor gerir os conflitos entre as classes, por um lado, criminalizando a “questão social” e reprimindo as organizações da classe trabalhadora, por outro, incorporando mecanismos de cooptação e consenso⁵.

No que tange o Serviço Social, a despeito das dificuldades impostas pela implementação e avanço do projeto neoliberal no Brasil após a promulgação da Constituição Federal de 1988, na década de 1990 a categoria profissional logrou conquistas significativa, tais como: a aprovação de um novo código de ética profissional (1993); a aprovação da lei de regulamentação da profissão (1993) e a

⁵ Em tempo, cabe destacar que a ampliação das funções do Estado nos marcos do capitalismo monopolista vão para além das funções integradoras, de controle social, político e ideológico (dimensões tão bem trabalhadas por Marx, Engels, Lenin e Gramsci). Este assume funções econômicas totalmente funcionais e favoráveis ao processo de acumulação capitalista e que vêm sendo desenvolvidas teoricamente pela tradição marxista. Cf. MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

reformulação das diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social – ABEPSS (1996). Ainda que na contramão de um contexto social, político e econômico adverso, a categoria profissional colhia os frutos do trabalho desenvolvido por seus/suas estudantes e profissionais, demarcando que a conjuntura difícil que se desenhava encontraria, no entanto, profissionais com melhores condições de enfrentá-la com qualidade, criatividade e criticidade teórica e técnica, competência e responsabilidade política.

Devemos, contudo, cuidar da formação permanente para garantir uma intervenção crítica e de qualidade, reconhecendo os limites impostos e as potencialidades colocadas para a intervenção profissional em decorrência da condição de assalariamento e das contradições da realidade social concreta.

Feita esta retrospectiva, sigamos construindo algumas considerações a respeito desta relação entre a profissão e os movimentos sociais, agora, com foco em como ela tem se revelado no âmbito da produção do conhecimento.

II. Movimentos sociais e a produção do conhecimento no serviço social

Conforme afirmamos anteriormente, o processo de resistência e luta da classe trabalhadora é dinâmico e, portanto, se altera ao longo do transcurso histórico e social. No Brasil, os efeitos da crise mundial do capital e a aplicação da agenda neoliberal a partir da década de 1990, associado a reestruturação produtiva provocou fortes rebatimentos na organização e na forma dos trabalhadores encamparem lutas. Este cenário de regressão das lutas sociais também provocou rebatimentos na profissão que na década anterior vivenciava uma importante interlocução com os movimentos sociais. Sem dúvidas, retomar este debate se faz pertinente e necessário, não de forma saudosista, mas situado-o e sintonizado-o com o momento histórico atual.

Não é novidade o cenário conservador e até mesmo retrógrado que tem assolado a realidade brasileira e mundial, o que nos provoca a questionar as possibilidades de contribuição da profissão num sentido contrário a esta onda conservadora e na direção do fortalecimento da perspectiva crítica, hegemônica na

profissão. Dentre as estratégias possíveis está a interlocução com os movimentos sociais e a contribuição com os processos de mobilização e organização popular.

Essa possibilidade de intervenção é viabilizada pela função política de cunho educativo presente no exercício profissional, uma vez que o/a assistente social pode interferir nas formas de compreensão da realidade social dos sujeitos com os quais atua no cotidiano do seu trabalho. Como defendem Iamamoto e Carvalho (2008), o/a assistente social, por sua autonomia relativa, pode imprimir sentido e direção ao seu exercício profissional independente do espaço sócio-ocupacional em que está inserido/a. Ademais, é possível, para além dos espaços institucionais, intervir junto aos movimentos sociais e em processos de mobilização popular.

Nesse sentido,

Discutir a inserção do Serviço Social nos processos de organização e mobilização popular significa analisar como o assistente social, como trabalhador assalariado e considerando a própria natureza contraditória de sua intervenção profissional, pode atuar no sentido da promoção e do fortalecimento das organizações e lutas coletivas dos trabalhadores que são alvo de suas intervenções (DURIGUETTO; ABRAMIDES, 2014, p.183).

Entretanto, podemos sinalizar na atualidade que há uma fragilidade tanto na produção teórica como na intervenção profissional com organizações, movimentos e lutas sociais (DURIGUETTO, 2014, p. 185). Tal afirmação evidencia-se nas análises de Marques (2010) acerca da produção acadêmica, que a relaciona com os movimentos sociais publicados nos anais do Congresso Brasileiro e Assistentes Sociais (CBAS) e nos Encontros Nacionais de pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), de 1995 aos anos 2008. Nessa pesquisa, a autora observa que num total de publicações - de ambos os eventos (CBAS e ENPES) - de 6.201, somente 237 (3,82%) tratavam da temática em questão.

Desta produção teórica que versa sobre os movimentos sociais, a autora destaca a crescente incorporação do debate dos “novos movimentos sociais”, principalmente a partir dos anos 2000. Segundo a mesma, o enfoque dessas publicações expressa uma valorização das experiências cotidianas, cujas demandas e lutas se tornam focalizadas e específicas, pertencentes a um grupo social. Ao que diz respeito ao campo da intervenção profissional, a experiência da relação profissional com os movimentos sociais tem demonstrado grande fragilidade. Apesar

de ser parte integrante do exercício profissional, as publicações que relatam tal experiência são de apenas 6,1% no total, considerando-se o período analisado (MARQUES, 2010).

Duriguetto (2014) observa que no período de 1994 a 2012, a temática dos movimentos sociais também esteve presente nos cursos de Serviço Social de instituições federais e estaduais, em 36 centros de pesquisa vinculados a 87 projetos de pesquisa e 23 de extensão. Tais pesquisas enfatizam principalmente a “relação entre políticas públicas e as lutas sociais, refletida a partir das práticas de gestão participativa, associativismo, planejamento estratégico, controle social e organização popular” (DURIGUETTO, 2014, p. 185). Ao que tange aos movimentos sociais e organizações, estes aparecem em menor proporção e com uma diversidade de movimentos. A pesquisa de Duriguetto⁶ também identifica no período de 1985 a 2011 nos programas de pós-graduação em Serviço Social reconhecidos pela CAPES, 276 (duzentos e setenta e seis) teses e dissertações que tematizam sobre os movimentos sociais e, deste conjunto, apenas 08 (oito) trabalhos se referem à relação do Serviço Social com os movimentos sociais (2014, p. 186). Nessa direção, Oliveira (2010) explicita, em sua pesquisa, que apenas 03 (três) dissertações e 01 (uma) tese trataram da relação do Serviço Social com os movimentos sociais no período de 1994 a 2008. A análise da autora estendeu-se aos encontros da categoria: Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), no mesmo período acima referido. No primeiro evento, não foram encontrados artigos que tratam da relação do Serviço Social com os movimentos sociais; já nos CBAS foram encontrados 04 (quatro) artigos que pontuavam acerca da intervenção profissional tendo como foco o relato de experiências dos movimentos sociais e outros 05 (cinco) artigos relatando a atuação profissional junto aos movimentos sociais.

As experiências que tematizam a interlocução do Serviço Social com os movimentos sociais estão, em sua maioria, relacionadas à assessoria, ao estágio e à extensão universitária que, apesar de não apresentarem um vínculo direto a um movimento social específico, têm o objetivo de contribuir com o fortalecimento dos

⁶ Pesquisa desenvolvida na Faculdade de Serviço Social da UFJF.

sujeitos coletivos (OLIVEIRA, 2010, p. 96). O sentido da intervenção profissional junto aos movimentos sociais, presente nas produções analisadas, desenvolve-se no campo das ações educativas, as quais são compreendidas como processo mobilizador e de formação política.

A autora elucida ainda uma compreensão variada acerca dos movimentos sociais tanto na produção dos encontros da categoria (ENPESS/CBAS) como nas dissertações e teses. Nota-se, a partir de uma interlocução com as ciências sociais que tratam dessa temática, uma “ausência de demarcação analítica do referencial acerca dos movimentos sociais” (OLIVEIRA 2010, p. 104) na produção dos referidos encontros e uma fragilidade teórica quando se trata dos movimentos sociais nas dissertações e teses. Outra relevante observação da autora relativa ao campo da produção teórica diz respeito à tendência de relatos descritivos dos movimentos sociais em que a interlocução com a profissão aparece de forma pontual.

Considerando o conjunto das publicações, algumas delas apontam para uma necessidade de articulação entre os movimentos sociais existentes, para que haja uma intensificação das lutas. Contudo, em outras produções são enfatizadas as dificuldades dos movimentos sociais organizarem lutas ampliadas em articulação com os diversos sujeitos coletivos sobressaindo, assim, ações fragmentadas e corporativas que tendem à dispersão diante dos embates na luta ou quando alcançam conquistas imediatas (OLIVEIRA, 2010).

A autora também destaca, nas abordagens dos artigos, uma recorrente defesa dos direitos e da cidadania. Poucos trabalhos situam a profissão para além dessa dimensão. Vale destacar alguns elementos constatados como: a necessidade de superar uma intervenção no nível do imediato; as produções que tratam da relação do Serviço Social com os movimentos sociais em sua maioria advêm de profissionais que estão inseridos nas Universidades; dificuldades “teórico-metodológicas” e “técnico-operativas” na intervenção junto aos movimentos sociais e na teorização acerca dos mesmos.

A partir do exposto fica evidente a lacuna do debate e da intervenção profissional junto aos movimentos sociais, o que reforça a necessidade de um maior empenho da categoria para aprofundar e ampliar tal debate.

Ao verificar a fragilidade do debate da relação da profissão com os movimentos sociais, alguns autores encontram justificativa no arrefecimento das lutas sociais. Nesse sentido, a luta institucional teria substituído a contestação autônoma das organizações dos trabalhadores. Com esse giro das lutas sociais para o campo institucional, a intervenção dos/as assistentes sociais junto às organizações dos trabalhadores também se deslocaria para a luta no sentido de ampliação dos espaços institucionais. É sabido que tanto o refluxo das lutas sociais como a institucionalização das reivindicações dos movimentos sociais possuem rebatimentos na forma de articulação da profissão com esses sujeitos. O desafio que se põe na contemporaneidade é o de integrar ações no campo institucional e para além dele.

Acreditamos que a intervenção junto aos movimentos sociais se torna uma importante estratégia de enfrentamento ao conservadorismo presente na sociedade e, por conseguinte, no interior da profissão. No próprio cotidiano profissional é possível realizar ações que envolvam estes sujeitos coletivos, suas lutas e reivindicações.

Uma das possibilidades de interlocução com os movimentos sociais é através da assessoria/consultoria, como bem explicita a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) que compreende como competência profissional "prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais" (art. 4º, parágrafo IX); ou ainda, se inserindo nos conselhos e outros canais de participação democrática, espaços que não devem ser negados. Contudo, assinalamos a importância de novas estratégias que fortaleçam os movimentos sociais, suas demandas e perspectiva societária, num sentido emancipatório que requer a transformação profunda do modo de produção capitalista, o que mostra profundo vínculo com a perspectiva profissional crítica e que também se expressa no Código de Ética (1993) que estabelece como um direito profissional "apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares" (art. 12, alínea b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito do Serviço Social, a articulação da profissão com os movimentos sociais é defendida por autores/as que ressaltam, principalmente, o compromisso ético-político da profissão de fortalecer os “sujeitos coletivos” com propostas que podem contribuir com a ampliação da democracia. Ocupar os espaços institucionais em defesa da população e de seus direitos é de suma importância, porém “reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 47) se torna pertinente e necessário.

Ao considerar a trajetória de crítica do Serviço Social ao conservadorismo, a temática da relação com os movimentos sociais ganha relevância, pois, na interlocução com estes sujeitos coletivos a profissão percebeu a possibilidade de se avançar para além do que lhe é exigido como demanda profissional imediata. Por isso, faz-se necessário retomar o debate acerca de tal temática e compreender como a profissão tem refletido sobre as organizações da classe trabalhadora. É também um desafio o estudo sobre o tipo de intervenção que a/o assistente social vem desenvolvendo junto aos movimentos sociais.

Diante da adversidade da conjuntura atual, faz-se necessário a construção coletiva de alternativas que fortaleçam e concretizem o projeto profissional crítico da profissão. Tal projeto se consolida no bojo das lutas sociais e em consonância com um projeto societário que se distingue do que está posto. Trata-se da possibilidade de travar uma resistência tanto nos espaços institucionais como nas próprias organizações dos/as trabalhadores/as. Deste modo, o Serviço Social, por meio de sua atuação profissional pode contribuir com o fortalecimento das organizações e mobilização dos trabalhadores, tanto no sentido de “fomentar e potencializar” as organizações existentes, como no fomento a criação de “organizações e movimentos quando estes inexistem” (DURIGUETTO, 2014, p. 9).

É notória a necessidade de ampliação da produção teórica do Serviço Social acerca dos movimentos sociais e da possível interlocução da profissão juntos a esses sujeitos para que se possa avançar na dimensão da intervenção do assistente social nos processos de mobilização e de organização popular.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 11 ed. São Paulo. Cortez, 2009.

ANTUNES, Ricardo. As lutas sociais e o socialismo na América Latina no século XXI. In. GALVÃO, Andréia; AMORIM, Elaine; SOUZA, Júlia Gomes e; GALASTRI, Leandro. (Orgs.). **Capitalismo: crises e resistências**. 1 ed. São Paulo. Outras Expressões, 2012.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 16/10/2014.
CFESS. **Lei 8662/1993**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 16/10/2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. IN: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo, Cortez, 2014.

GALVÃO, Andréia. **Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina**. Disponível em: < <http://www.academica.com/000-062/1628.pdf> > Acesso em 20/09/2015.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em 15/07/2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5 ed. São Paulo. Cortez, 2001.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25 Ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico**. 12 Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARQUES, Morena Gomes. **A relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na contemporaneidade**. ENPESS, 12, Anais 2010, Rio de Janeiro, ABEPSS. [CD-ROM].

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Priscila de Souza. **A interlocução do Serviço Social com os movimentos sociais no Brasil**: uma análise a partir da produção teórica com enfoque no trabalho profissional. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Franca, 2010.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. “As dimensões da prática profissional do Serviço Social”. In: **Libertas**. V.2, n. 2 jul/dez/2002 – v.3, n.1 e n.2 jan/dez/2003. Juiz de Fora. UFJF, 2003.